

Minuta do Programa País do Brasil para o Fundo Verde do Clima (GCF)

Apresentação para os membros do Grupo
Executivo sobre Mudança do Clima (GEx)

Fevereiro/2018



AUTORIDADE
NACIONAL

Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Conteúdo

- 1. Introdução: contextualização do Green Climate Fund (GCF), competências da Autoridade Nacional Designada (AND) e a importância do Programa País na lógica de atuação do GCF
- 2. Processo de construção do Programa País
- 3. Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento mapeadas no Programa País
- 4. Elaboração do pipeline para o Programa País
- 5. Conclusão e próximos passos

Objetivos

- **Apresentar** aos membros do GEx a minuta do Programa País do Brasil para o GCF, com destaque para os seguintes pontos:
 - (i) Inserção do documento na lógica de atuação do Fundo;
 - (ii) Processo de construção da minuta realizado ao longo de 2017;
 - (iii) Diretrizes para a elaboração de propostas do Brasil para o GCF.
- **Informar** aos membros do GEx acerca dos próximos passos em relação ao documento do Programa País.

1. Introdução: contextualização do GCF

- O GCF tem como objetivo financiar projetos e programas para **redução de emissões** (mitigação) e para o **aumento da resiliência aos efeitos das mudanças do clima** (adaptação), alocando montantes iguais de financiamento para as duas áreas.
- O Fundo opera no âmbito da UNFCCC e consiste na única entidade multilateral de financiamento cujo único mandato é servir a Convenção-Quadro, auxiliando os países participantes a cumprirem os objetivos definidos no Acordo de Paris.
- Possui um **Conselho Diretor** (*GCF Board*) composto por 24 membros, metade indicados pelos países desenvolvidos e metade indicados pelos países em desenvolvimento.

1. Introdução: contextualização do GCF

- O GCF canaliza os seus recursos através de uma rede de instituições, chamadas de **Entidades Acreditadas (EAs)**, alinhadas com os objetivos do Fundo e que atendem a seus padrões fiduciários e de salvaguardas sociais.
- Entidades acreditadas podem ser públicas, privadas, não-governamentais, nacionais ou internacionais.

1. Introdução: contextualização do GCF

23 entidades internacionais já acreditadas que operam no Brasil

Banco Mundial	GIZ	Conservation International (CI)	PNUD
IFC	AFD	WWF	PNUMA
BID	KFW	Fundação Avina	WFP
CAF	JICA	IUCN	WMO
FIDA			FAO
European Investment Bank	Deutsche Bank Crédit Agricole HSBC Bank of Tokyo Mitsubishi		

Entidades de Acesso Direto do Brasil em processo de acreditação

CAIXA
Funbio
BNDES

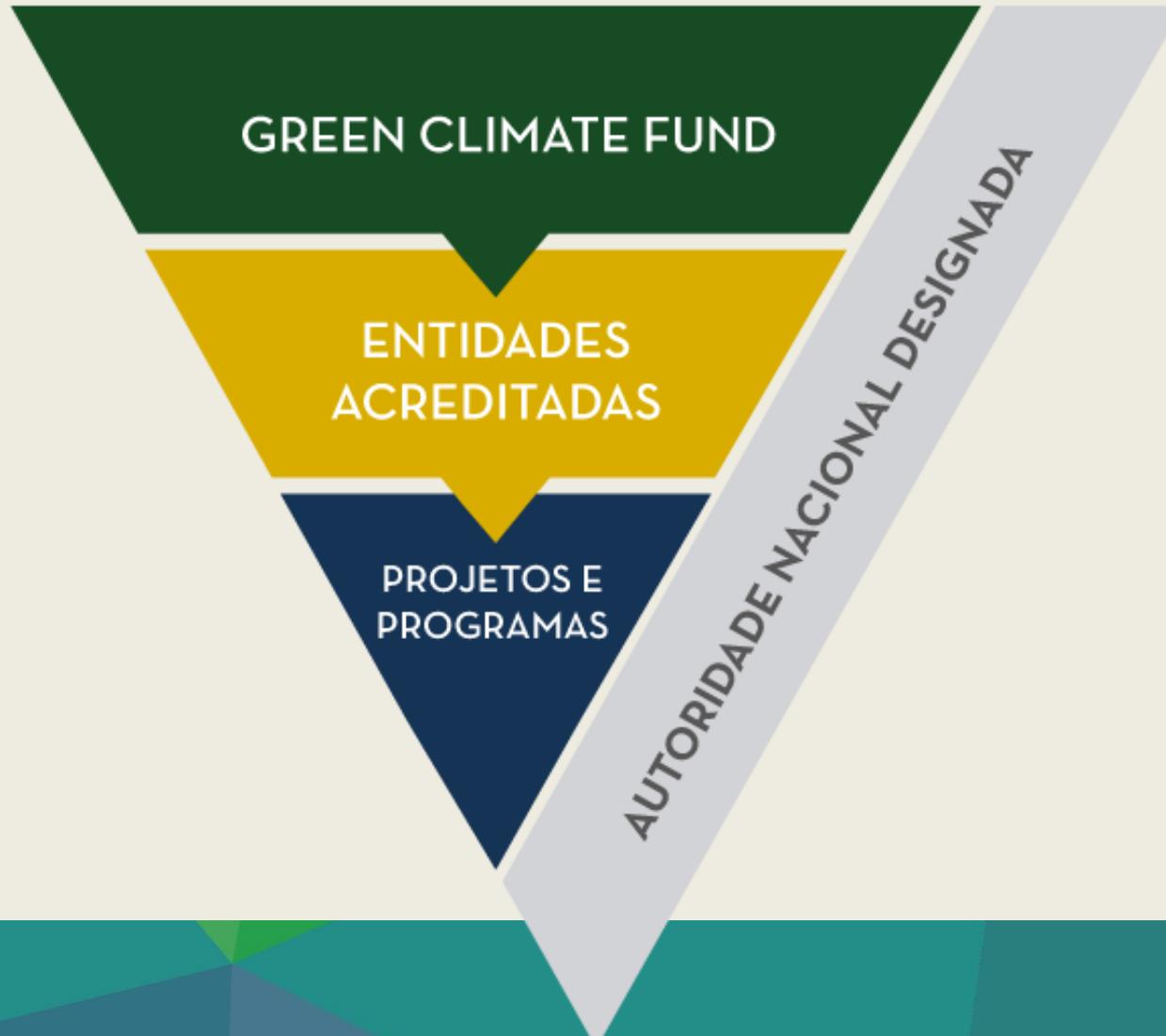
1. Introdução: papel da AND

- A instituição responsável pela interface de cada País com o GCF é chamada de **Autoridade Nacional Designada (AND)** – no caso do Brasil, a AND é a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN-MF).
- A AND deve assegurar que as atividades apoiadas pelo Fundo estejam alinhadas com as prioridades e os objetivos nacionais.
- **Vale ressaltar que a AND não elabora projetos diretamente, tampouco realiza a administração dos recursos oriundos do GCF** – tal papel é desempenhado pelas Entidades Acreditadas.

1. Introdução: papel da AND

- Cabe à AND:
 - Expressar a **não-objeção** a propostas de financiamento ao GCF.
 - Indicar entidades nacionais para **acreditação** na modalidade de acesso direto.
 - Preparar o **Programa País**, identificando as prioridades nacionais para financiamento.
 - Acompanhar a implementação da carteira de projetos do Brasil e manter diálogo constante com as Entidades Acreditadas.

1. Introdução: estrutura do GCF



1. Introdução: Guia de Acesso ao GCF

- O Fundo e suas Estruturas
- Critérios do GCF para Concessão de Financiamento
- Instrumentos Financeiros Disponíveis no GCF
- Exemplos de Projetos Aprovados
- GCF no Contexto Brasileiro: Autoridade Nacional Designada
- Processos nacionais para aprovação de propostas
- Monitoramento e avaliação

Disponível em <http://and.fazenda.gov.br>



1. Introdução: lógica de atuação do GCF e a importância do Programa País

- É importante destacar que o Fundo não possui um montante definido de recursos por país – o apoio se dará através do financiamento de projetos/programas específicos, que serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Diretor do Fundo.
- Necessário identificar as oportunidades reais de envolvimento do GCF para o financiamento de atividades no Brasil.

1. Introdução: critérios para aprovação de projetos e lógica de atuação do GCF

Potencial de impacto

- Atinge objetivos do Fundo e gera resultados?

Potencial para alcançar mudança de paradigma

- Catalisa o impacto para além do projeto ou programa original e gera efeito multiplicador?

Potencial para promover o desenvolvimento sustentável

- Fornece benefícios e estabelece prioridades de forma ampliada?

Necessidades dos beneficiários

- Reduz as vulnerabilidades e atende as necessidades de financiamento do país?

Apropriação pelo país

- Há claro interesse do país em implementar as ações financiadas do programa projeto? (*Country ownership*)

Eficiência & eficácia

- Há viabilidade econômica e, se for o caso, financeira do projeto?

1. Introdução: lógica de atuação do GCF e a importância do Programa País

- O objetivo do **Programa País** é apresentar ao **GCF** as **diretrizes para a atuação do Fundo no Brasil**, servindo de parâmetro para a análise dos critérios de apropriação pelo país e necessidades do país recipiente.
- Vale ressaltar que as diretrizes foram construídas em consonância com o arcabouço de políticas e estratégias existentes, marcos e políticas nacionais de planejamento e sobre a mudança do clima.
- Portanto, o Programa País busca apresentar as oportunidades para a preparação de propostas de financiamento no Brasil que **não só preencham os critérios do Fundo, mas também estejam alinhadas às prioridades nacionais, possuam viabilidade econômica e resultem em impacto transformacional**.

2. Processo de construção do Programa País

- Diretrizes para a construção do Programa País:
 - Contribuir para a implementação da NDC - utilizar recursos para acelerar e reduzir os custos de implementação dos objetivos nacionais de mitigação e adaptação;
 - Alinhar as prioridades para o GCF com políticas nacionais e setoriais;
 - Identificar áreas de investimento com alto potencial de alavancagem e impacto transformacional;
 - Contribuir para o aumento do investimento do setor privado em mitigação e adaptação.

2. Processo de construção do Programa País

- Realização de Reunião Interministerial para apresentar e validar o plano de trabalho – agosto/2017;
- Elaboração do **documento-base da Estratégia do Brasil para o GCF**, em contato direto com Ministérios para revisão e finalização do documento – setembro e outubro/2017;
- Realização de Oficinas Regionais para discussão do documento-base e disponibilização do documento em consulta eletrônica no site da AND – novembro/2017;
- Revisão e finalização do documento-base da Estratégia, incorporando subsídios das Oficinas e consulta eletrônica - dezembro/2017;
- Preparação da **minuta de Programa País do Brasil para o GCF**, com a inserção do pipeline preliminar de propostas na Estratégia, conforme modelo definido pelo Secretariado do GCF – janeiro/2018;
- Rodada de revisão da minuta de Programa com Ministérios – janeiro/2018;
- Finalização da **minuta de Programa País do Brasil para o GCF** – fevereiro/2018.

2. Processo de construção do Programa País

Estratégia do Brasil para o GCF

- Contexto nacional
- Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento
- Registro do processo de Oficinas
- Documento discutido ao longo do segundo semestre de 2017, com ampla participação da sociedade

Programa-País / Brazil's Country Programme

Submissão ao GCF até Abril/2018 – versão em inglês (para apreciação na reunião do Board em Junho/Julho – B.20)

Pipeline do País

- Projetos e programas
- Demandas de *readiness*
- Instituições nacionais em processo de acreditação
- Elaborado de maneira contínua, em paralelo a discussão da Estratégia

2. Processo de construção do Programa País



Manaus

>Agricultura e Florestas – 24/11

Recife

>Cidades e Comunidades Resilientes – 20/11

Brasília

>Agricultura e Florestas – 28/11

>Oficinas com povos indígenas – 26 e 27/10;
29 e 30/11

>Seminário de Consolidação – 06/12

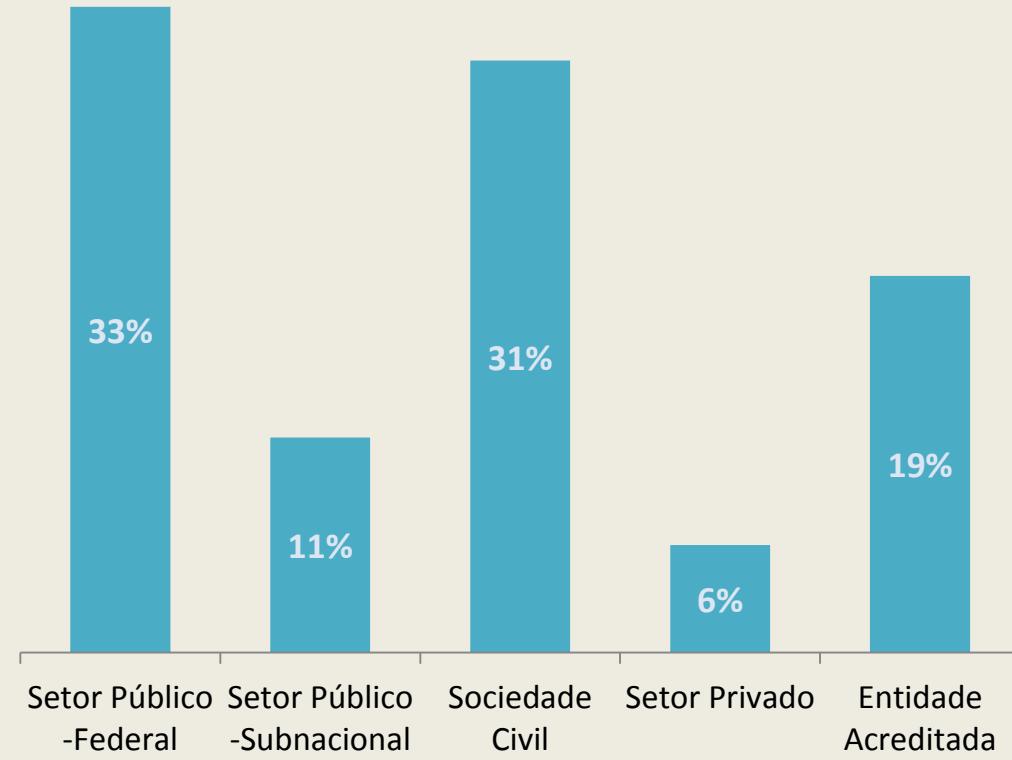
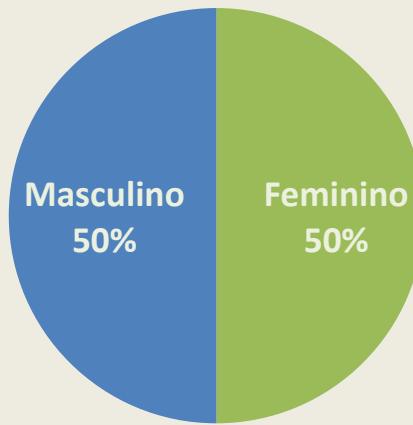
Rio de Janeiro

>Infraestrutura Sustentável – 22/11

Oficina Cidades e Comunidades Resilientes



Recife-PE – 20/11/2017



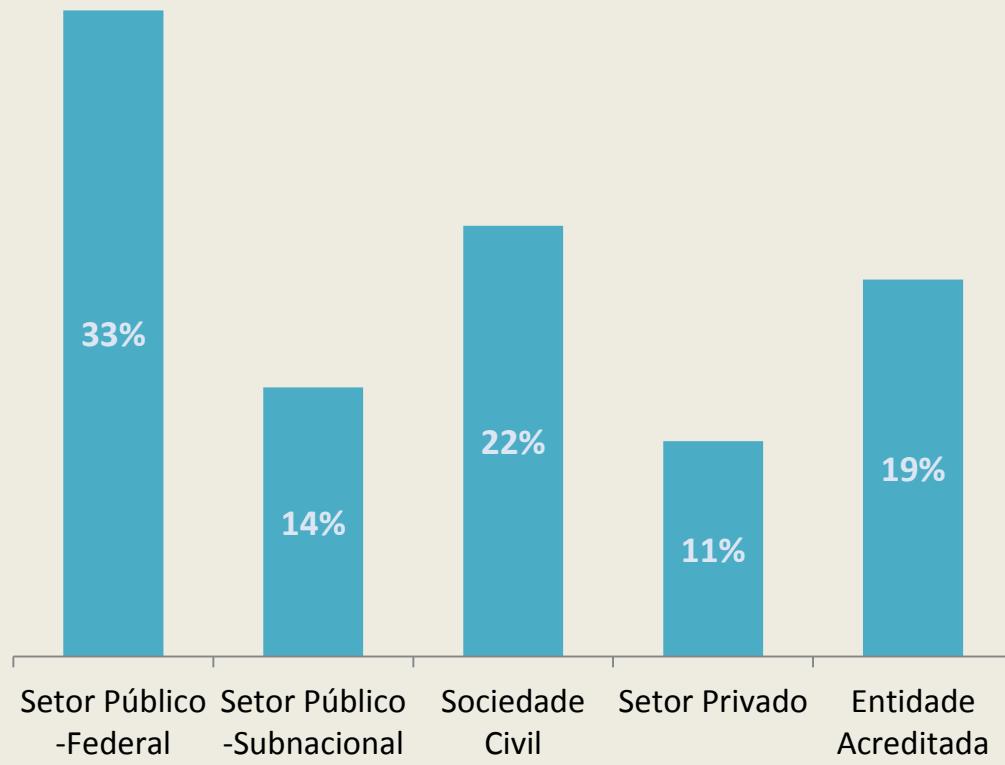
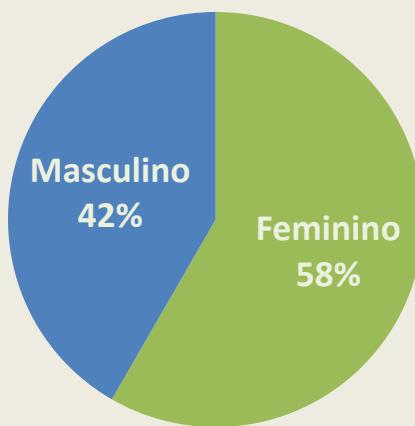
Oficina Cidades e Comunidades Resilientes



Oficina Infraestrutura Sustentável



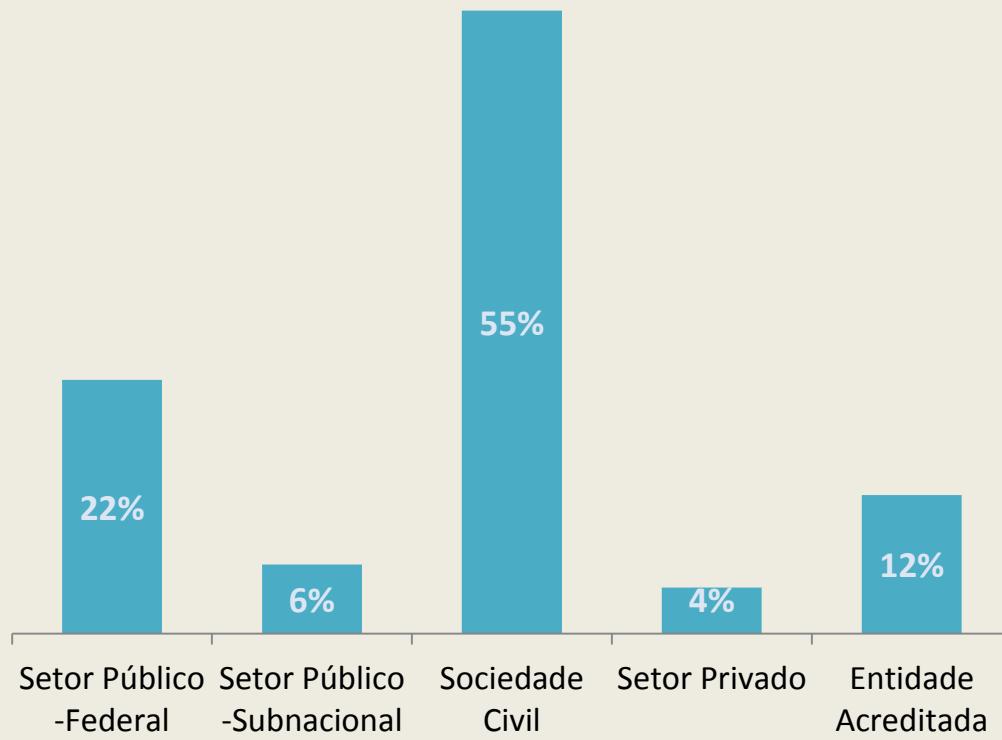
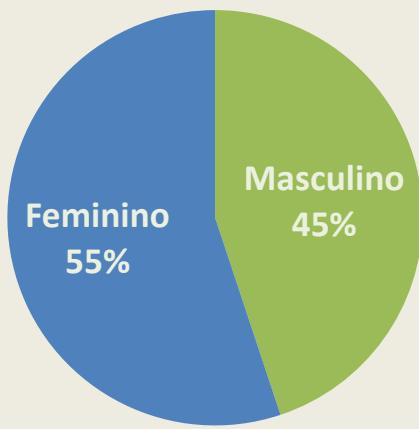
Rio de Janeiro – 22/11/2017



Oficina Infraestrutura Sustentável



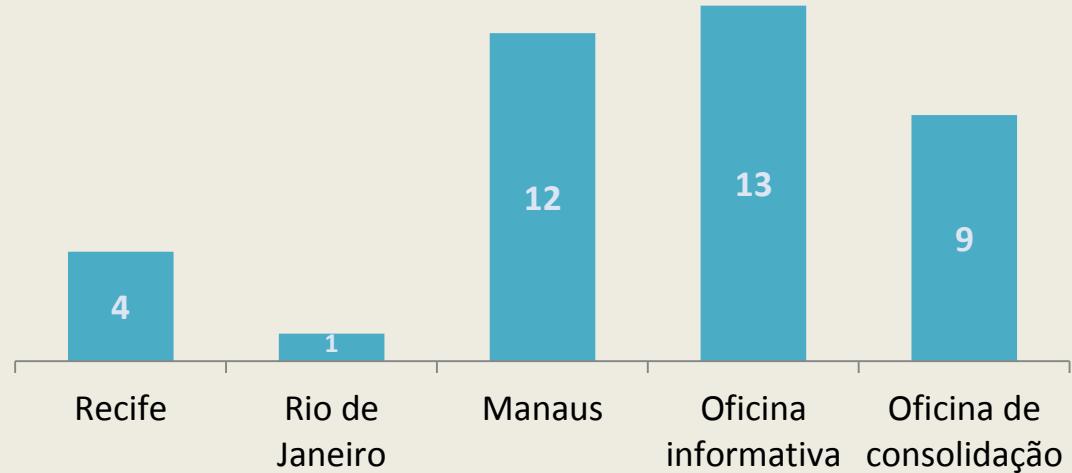
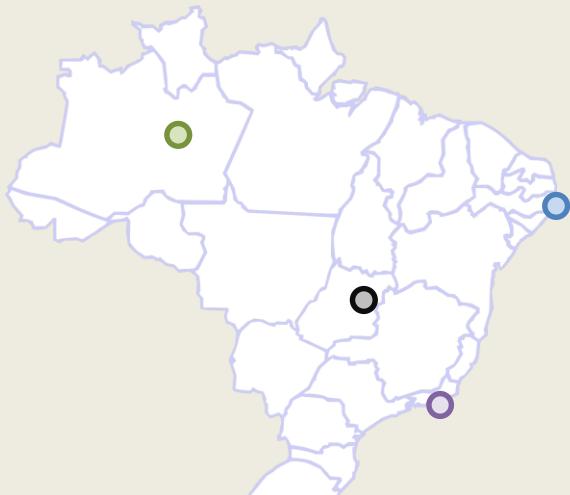
Oficina Agricultura e Florestas



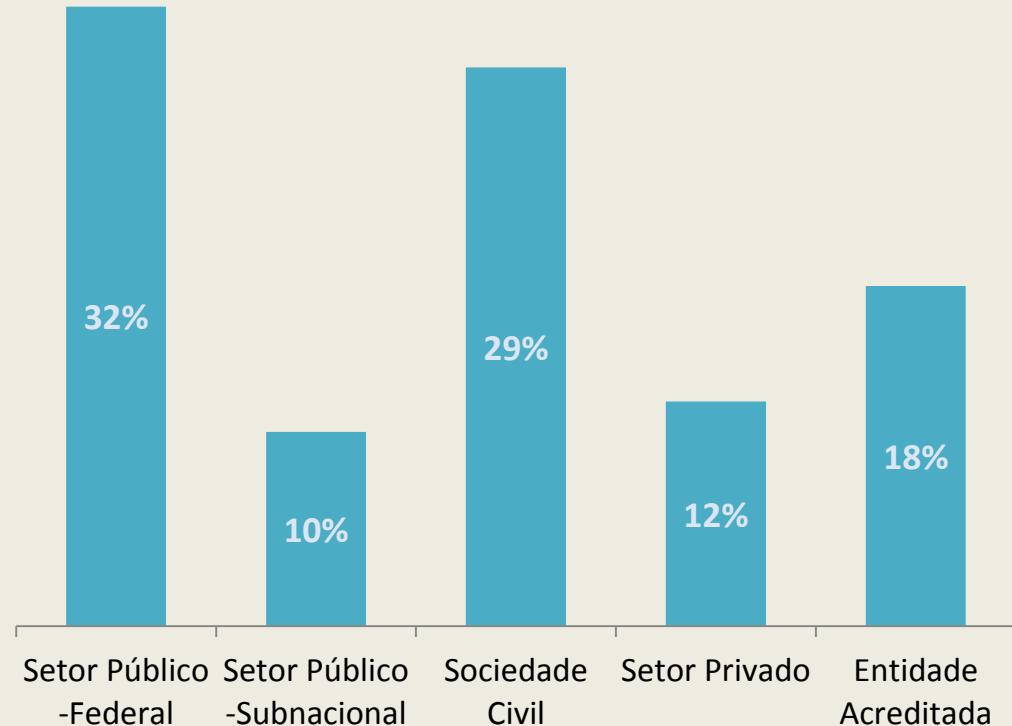
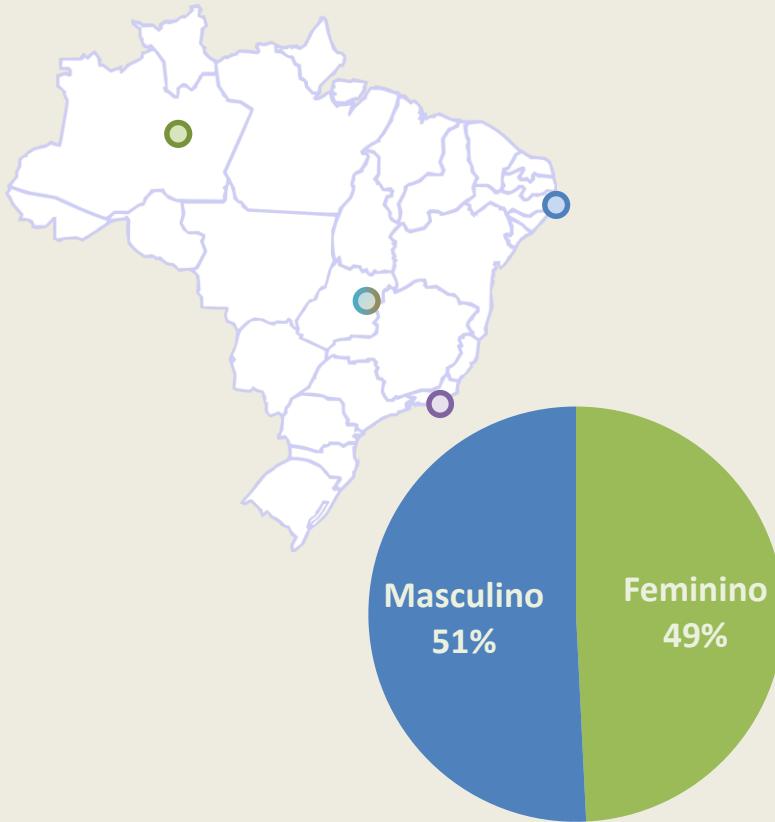
Oficina Agricultura e Florestas



Participação dos povos indígenas



Participação no processo de Oficinas



- Além de 19 contribuições recebidas por meio da consulta eletrônica no site da AND.

3. Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento mapeadas no Programa País

- As prioridades do Brasil para o GCF foram organizadas por meio de Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento – vale ressaltar que os eixos e áreas indicados não devem ser vistos de forma estanque, sendo natural a presença de temas que possuem relevância para mais de uma das categorias.
- Os Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento **consistem em diretrizes indicativas para orientar o trabalho das Entidades Acreditadas e potenciais interessados em acessar os recursos do Fundo**, apresentando de forma transparente as principais áreas em que se identifica potencial relevante para operações do GCF no Brasil.
- As Áreas de Investimento contidas em cada Eixo Estratégico apresentam **conexões e inter-relações** com os temas e diretrizes contidas nos demais Eixos, bem como conexões com outras áreas do seu próprio Eixo.

3. Eixos Estratégicos e Áreas de Investimento mapeadas no Programa País

Eixo I: Agricultura e Florestas

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Eixo I: Agricultura e Florestas

Áreas de Investimento do Eixo I:

Manejo Sustentável dos Ativos Florestais, Economia Florestal e Acesso a Mercado

Restauração, Conservação e Reflorestamento

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Adaptação no Setor Produtivo

Eixo I: Agricultura e Florestas

Manejo Sustentável dos Ativos Florestais, Economia Florestal e Acesso a Mercado:

- Melhorar a estrutura da cadeia produtiva de produtos provenientes da agrosociobiodiversidade;
- Fomentar o manejo e a extração sustentável de madeira;
- Promover o acesso e estruturação de mercados, com ênfase na prospecção e geração de demanda para estes produtos.

Eixo I: Agricultura e Florestas

Restauração, Conservação e Reflorestamento:

- Implementar medidas para a restauração e recuperação da vegetação nativa, bem como ações de reflorestamento;
- Fortalecer os mecanismos de compensação ambiental e pagamento por serviços ambientais;
- Apoiar povos indígenas e comunidades tradicionais, com ênfase no ordenamento territorial, reconhecendo a importância dos ativos florestais para sua sobrevivência.

Eixo I: Agricultura e Florestas

Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e Adaptação no Setor Produtivo:

- Fomento a tecnologias agropecuárias mitigadoras de emissões e à adoção de sistemas e práticas que diminuam a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas frente às alterações climáticas;
- Fomento à difusão tecnológica de práticas agrícolas conservacionistas, por meio de por meio de ações como extensão rural, assistência técnica e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Fortalecer, monitorar e aprimorar o Plano ABC, inclusive no desenvolvimento de mecanismos complementares (condições de financiamento e acesso ao crédito).

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Áreas de Investimento do Eixo II:

Modais de Transporte de Baixa Emissão

Energia Renovável, Geração Distribuída e Armazenamento de Energia

Eficiência Energética para Iluminação Pública, Indústria e Edificações

Biocombustíveis Avançados e Tecnologias em Bioenergia

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Modais de transporte de baixa emissão:

- Desenvolver produtos financeiros e modelos de negócios para a promoção do investimento privado por meio de concessões e PPPs;
- Expandir o uso de modais mais eficientes e resilientes para deslocamento de passageiros e carga;
- Promover a integração de modais de transportes.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Energia renovável, geração distribuída e armazenamento de energia:

- Alavancar o uso de fontes renováveis não-hídricas, inclusive por meio de geração distribuída;
- Promover soluções para armazenamento de energia;
- Estabelecer ferramentas financeiras e técnicas que permitam o aumento da penetração de tecnologias de baixo carbono.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Eficiência energética para iluminação pública, indústria e edificações:

- Desenvolver novos modelos de negócios e produtos financeiros para destravar investimentos em EE na indústria;
- Fomentar a adoção de tecnologias mais eficientes energeticamente;
- Promover parcerias e investimentos privados para promoção de EE na iluminação pública e em edificações.

Eixo II: Infraestrutura Sustentável

Biocombustíveis avançados e tecnologias em bioenergia:

- Fomentar o desenvolvimento tecnológico e produção em escala de biocombustíveis avançados;
- Melhorar a gestão sustentável de resíduos sólidos, promovendo geração de energia a partir de biogás e biometano;
- Fortalecer mecanismos financeiros para viabilizar a geração de bioenergia.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Áreas de Investimento do Eixo III:

Planejamento Urbano para Gestão de Riscos Climáticos

Construções Eficientes e Resiliência para a Habitação

Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) e Segurança Hídrica

Resiliência e sustentabilidade de povos indígenas e comunidades tradicionais

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Planejamento Urbano para Gestão de Riscos Climáticos:

- Implementar medidas de planejamento urbano para o aumento da resiliência em cidades e regiões metropolitanas;
- Promover a disseminação de informações e a articulação entre os distintos atores envolvidos no planejamento urbano, possibilitando a execução de soluções a nível local;
- Integrar o uso de tecnologias de gestão de riscos e sistemas de alerta e prevenção de desastres.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Construções Eficientes e Resiliência para a Habitação:

- Fomentar a adoção de materiais de construção eco-eficientes e tecnologias de baixo consumo de água e energia;
- Considerar soluções para habitações a fim de aumentar a resiliência da população de baixa renda;
- Desenvolver estruturas de incentivos para financiamento de construções resilientes e de baixo carbono.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) e Segurança Hídrica:

- Estabelecer ferramentas de planejamento de longo prazo, implementando medidas de mitigação e adaptação;
- Identificar impactos específicos nas áreas de maior vulnerabilidade, com especial ênfase nas zonas costeiras e regiões com bacias hidrográficas;
- Aumentar a segurança hídrica em regiões suscetíveis aos efeitos da seca e mudanças nos padrões de precipitação.

Eixo III: Cidades e Comunidades Resilientes

Resiliência e sustentabilidade de povos indígenas e comunidades tradicionais:

- Apoiar o engajamento de povos indígenas e comunidades tradicionais em temas relacionados à produção econômica sustentável e ao gerenciamento de recursos naturais, respeitando suas especificidades e saberes tradicionais;
- Promover o acesso à energia elétrica de populações distantes da rede, com ênfase na substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis;
- Promover melhorias na qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo suas condições econômicas, de infraestrutura e de acesso à água e energia.

Conexões entre Eixos e AI

Figura 1 - Conexões e inter-relações entre os Eixos Estratégicos e as Áreas de Investimento propostas



4. Elaboração do pipeline para o Programa País

- Conforme modelo definido pelo Secretariado do GCF, o Programa País deve conter um **pipeline preliminar de projetos/programas, propostas de readiness, solicitações de PPF e entidades em processo de acreditação mapeados pela AND**.
- O pipeline apresentado no documento foi elaborado pela AND a partir do diálogo contínuo com as entidades acreditadas autorizadas a operar no Brasil, os órgãos governamentais relevantes na agenda e a sociedade civil. Ainda que estejam em fases distintas de elaboração, todos os projetos apresentados foram discutidos diretamente com a AND e, em avaliação preliminar, estão em linha com o arcabouço existente de políticas de mudança climática no Brasil e com as diretrizes contidas no presente documento.
- Vale ressaltar que a inclusão dos projetos no Programa País não condiciona a promulgação da não-objeção da AND no momento oportuno de análise.

4. Elaboração do pipeline para o Programa País

- O monitoramento dos projetos apresentados na carteira de projetos será realizado de maneira contínua pela AND, em coordenação com as Entidades Acreditadas, os órgãos governamentais relevantes na agenda e a sociedade civil.
- Por sua vez, a inclusão de novos projetos será informada ao Secretariado do GCF tempestivamente, de acordo com o desenvolvimento de novas propostas no âmbito das diretrizes apresentadas no Programa País.

4. Elaboração do pipeline para o Programa País

- Mais uma vez, é importante destacar que o Fundo não possui um montante definido de recursos por país – o apoio se dará através do financiamento de projetos/programas específicos, que serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Diretor do Fundo.
- Nesse sentido, é fundamental identificar as oportunidades reais de envolvimento do GCF para o financiamento de atividades no Brasil, levando em consideração os critérios de investimento e a lógica de atuação do Fundo, bem como o arcabouço de políticas existentes no Brasil.
- Vale ressaltar que a AND não elabora projetos diretamente, tampouco realiza a administração dos recursos oriundos do GCF – tal papel é desempenhado pelas Entidades Acreditadas.

5. Conclusão e próximos passos

- O objetivo do Programa País é apresentar ao GCF as **diretrizes para a atuação do Fundo no Brasil**, servindo de **parâmetro para a análise dos critérios de apropriação pelo país e necessidades do país recipiente**.
- Documento é fruto de **amplo processo de debate na sociedade brasileira ao longo do segundo semestre de 2017**, que envolveu a realização de quatro oficinas regionais para discussão e obtenção de subsídios acerca do documento-base da Estratégia, além de duas oficinas específicas para povos indígenas, bem como um seminário final de consolidação do processo. Adicionalmente, o documento-base foi disponibilizado para consulta eletrônica no site da AND (<http://and.fazenda.gov.br>) durante trinta dias, reforçando seu caráter colaborativo.
- Dada a lógica de atuação do GCF, **com a inexistência de montante de recursos definidos por país**, o Programa busca apresentar as oportunidades para a preparação de propostas de financiamento no Brasil que não só preencham os critérios do Fundo, mas também estejam alinhadas às prioridades nacionais, possuam viabilidade econômica e resultem em impacto transformacional.

5. Conclusão e próximos passos

- Próximos passos:
 - Apresentação da minuta de Programa País para os membros do GEx – 21/02
 - Submissão de eventuais comentários ou revisões ao documento por parte dos membros (submissão via e-mail - and.gcf@fazenda.gov.br) – de 21/02 a 02/03
 - Consolidação dos comentários e revisão final do Programa País por parte da AND (versão em português) – de 05 a 09/03
 - Tradução do Programa País para inglês, conforme solicitado pelo Secretariado do GCF – de 12/03 a 13/04
 - Submissão do Programa País ao GCF – até 27/04/2018
 - Apresentação do Programa País na 20ª Reunião do Board - junho/julho de 2018



AUTORIDADE NACIONAL

Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN

Obrigado!

[and\(gcf\)fazenda.gov.br](mailto:and(gcf)fazenda.gov.br)